

Trabalho informal diminui nas classes A e B

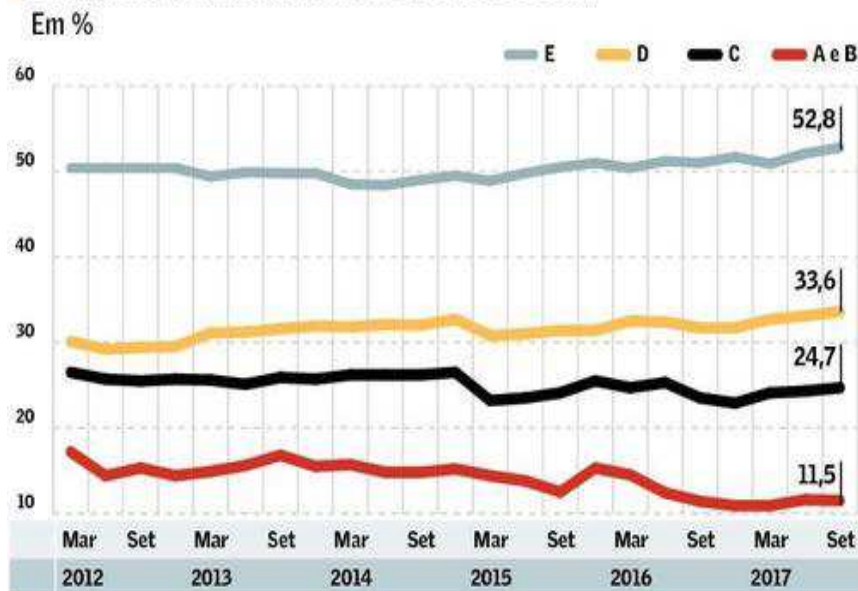
Por *Thais Carrança*

A informalidade se comportou de maneira oposta nos dois extremos da pirâmide social durante a recessão. Enquanto ela cresceu para a classe E acima do avanço médio para a população total, ela caiu nas classes A e B, aponta levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre-FGV) a pedido do Valor, a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do IBGE. A taxa de informalidade da economia chegou a 44,5% em setembro de 2017, avanço de 3,5 pontos percentuais em relação ao segundo trimestre de 2014 - considerado o início da recessão. Ocupações como motorista de aplicativos, ambulante de alimentos e doméstica ganharam espaço no mercado laboral.

Extremos opostos

Redução de renda na crise explicaria queda da informalidade nas classe A e B

■ Evolução da taxa de informalidade por classe social *



■ Variação da taxa de informalidade
Em pontos percentuais

	Classes				
	A e B	C	D	E	Total
2012-2014	-2,4	-0,4	1,9	-2,0	-2,0
2014-2017	-3,3	-1,5	1,6	4,4	3,5

■ Faixas de renda

Classes	Salários mínimos
A	Acima de 20
B	Entre 10 e 20
C	Entre 4 e 10
D	Entre 2 e 4
E	Até 2

Fonte: IBGE e Ibre-FGV. * Empregados dos setores público e privado sem carteira, trabalhadores por conta própria e domésticos sem carteira, como proporção da população ocupada total. ** Em setembro de 2017

INFORME

O patamar é o mais elevado da série histórica da Pnad Contínua, iniciada em 2012, e não houve recuo ao longo de 2017, mesmo com a melhora da economia e queda da taxa de desemprego. Antes da crise, a taxa de informalidade havia diminuído dois pontos percentuais desde o início da série.

Na classe E - pessoas que ganham até dois salários mínimos e representavam em setembro 67% da população ocupada -, a taxa de informalidade também vinha caindo antes da recessão, mas desde o segundo trimestre de 2014 até setembro de 2017, avançou 4,4 pontos percentuais, a 52,8%, velocidade maior do que para a população em geral.

De maneira oposta, nas classes A e B - que ganham mais de dez salários mínimos e representam cerca de 5% da população ocupada -, a taxa de informalidade recuou 3,3 pontos percentuais desde o início da recessão até o dado mais recente, de 14,8% a 11,5%.

Uma mesma explicação está por trás dos comportamentos antagônicos: a perda de renda da população durante a crise, com uma melhora do mercado de trabalho baseada em ocupações mais precárias e com menores rendimentos.

"Como o emprego informal é o que está crescendo mais, e ele se concentra em ocupações de baixo rendimento, aumenta a classe E", afirma Tiago Barreira, economista do Ibre-FGV.

Em 2017, foram criados 1,8 milhão de postos de trabalho. Desse total, mais de 1 milhão de pessoas passaram a trabalhar por conta própria e outras 598 mil, sem carteira assinada. No mesmo período, 685 mil pessoas perderam o emprego com carteira.

De maneira semelhante, os trabalhadores informais das classes A e B provavelmente perderam renda durante a crise, passando a engrossar a parte intermediária da pirâmide social, completa Bruno Ottoni, também da FGV, o que explicaria a queda da informalidade entre os mais ricos.

No levantamento, a taxa de informalidade foi calculada pelos economistas considerando a soma de empregados sem carteira dos setores público e privado, trabalhadores por conta própria e trabalhadores domésticos sem carteira assinada, como proporção da população ocupada total.

A classe social considerou a renda dos indivíduos e não a renda familiar per capita, por uma limitação dos dados da Pnad Contínua. As classes A e B são somadas no levantamento para reduzir possíveis distorções provocadas pela pesquisa por amostra.

INFORME

Apesar de não ter ocorrido uma queda da taxa de informalidade ao longo de 2017, a FGV acredita que a composição do mercado de trabalho deverá melhorar em 2018.

Após um Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) negativo em 20 mil vagas no ano passado, o Ibre espera saldo positivo de mais de meio milhão de postos de trabalho formal este ano.

"Isso é um sinal de que o emprego formal vai se acelerar e pressionar para baixo a taxa de informalidade", afirma Barreira.

O economista Thiago Xavier, da Tendências Consultoria, também acredita que o desemprego deve continuar a cair este ano e o mercado formal deve dar sinais de melhora, acompanhando a atividade, mas mesmo assim a taxa de informalidade não deve recuar de maneira significativa.

"Em 2018 a ocupação ainda deve crescer acima do que cresce o emprego formal", diz Xavier.

Emprego 'sem carteira' cresce no Sudeste e chega a 38% do país

Por Bruno Villas Bôas

Motor da geração do emprego no país no ano passado, o trabalho informal - sem carteira assinada ou sem registro de pessoa jurídica - cresceu em ritmos díspares nas diferentes regiões. De acordo com estudo da FGV Projetos, obtido pelo Valor, enquanto avançou fortemente no Sudeste, acima da média nacional, a informalidade perdeu peso no estoque total de empregados no Norte, por exemplo.

Segundo o levantamento, o Sudeste gerou um milhão de empregos informais entre o fim de 2016 e o terceiro trimestre do ano passado. Isso significa que dois em cada três empregos informais surgidos no país no período (1,46 milhão) estão na região. O número de trabalhadores sem carteira ou registro na região aumentou em 8% no Sudeste, para 14 milhões, representando 38% do total nacional.

Ricardo Simonsen, economista da FGV Projetos, explica que o movimento em direção à informalidade no Sudeste foi liderado por ramos dos serviços, que absorveram 497 mil trabalhadores. Já os setores de construção civil (192 mil) e indústria (112 mil) tiveram o maior crescimento proporcional de informais no Sudeste ao longo do período.

INFORME

"A confiança dos empresários ainda não foi completamente restaurada na recuperação econômica. Então, eles não contratam. Desta forma, é natural que o emprego apareça agora mais fortemente pela informalidade", diz Simonsen, que desenvolveu a pesquisa com os especialistas de projetos Eduardo Rosseti e João Augusto Batista.

Assim, o emprego sem registro passou a representar fatia maior do mercado de trabalho do Sudeste - e 32,2% para 34,3% entre o fim de 2016 e o terceiro trimestre de 2017. O peso cresceu menos no Sul (de 32,1% para 33,3%), Centro-Oeste (de 36,6% para 37,5%) e Nordeste (de 53,5% para 53,8%). No Norte, caiu de 56,4% para 55,6%. Na média nacional, 40,6% dos trabalhadores eram informais, acima dos 39,4% do fim de 2016.

O trabalho informal é associado a atividades precárias, sem garantias trabalhistas e de menores salários. Na média nacional, um trabalhador registrado ganha 2,3 vezes mais que o sem carteira. Isso explica uma discrepância encontrada pela pesquisa da FGV - embora represente 40,6% das pessoas ocupadas, a informalidade responde por apenas 23,2% da massa salarial, que foi de R\$ 188,14 bilhões no terceiro trimestre do ano passado. Para chegar aos números, a FGV Projetos usou microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Pnad Contínua).

As regiões Norte e Nordeste seguem com os maiores proporções de trabalhadores informais no país. Segundo Rosseti, isso é explicado por questões estruturais na região, como o histórico de baixa escolaridade, defasagem industrial, agricultura pouco profissionalizada e concentração de jovens, que mais frequentemente se insere no mercado por meio de atividades informais.

O estudo mostra ainda que as atividades de agropecuária e construção civil têm elevada incidência de ocupações informais, na média nacional. Do total de ocupados (empregados, empregadores, conta próprias), 79% são informais na agropecuária, 69% na construção civil, 53,5% em serviços, 38,1% no comércio e 29,3% na indústria.

"Mas essas taxas variam pelas regiões. No Centro-Oeste, a informalidade é de 54,9% na agricultura, o menor percentual entre as regiões. Isso porque tem uma atividade mecanizada e não familiar. No Sul, a informalidade chega a 81,4% no setor. Apesar disso, muitos agricultores do Sul são associados a cooperativas. Isso é interessante porque, embora informais, uma parcela considerável é contribuinte da Previdência Social", afirma Rosseti.

(Fonte: Valor Econômico – 05/02/2018)

Ações trabalhistas caem mais de 50% após reforma

Número de ações recuou de uma média mensal de 200 mil para 84,2 mil em dezembro, segundo o TST; dúvidas cercam a nova legislação

Eduardo Laguna e Caio Rinaldi, O Estado de S.Paulo

Após estimular, antes de entrar em vigor, uma corrida à Justiça do Trabalho, a reforma trabalhista fez despencar o número de processos ajuizados em varas trabalhistas assim que as mais de 100 alterações promovidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) começaram a valer.

De um total mensal que costumava passar com facilidade da casa de 200 mil, as ações recebidas em primeira instância por tribunais trabalhistas de todo o País caíram para 84,2 mil em dezembro, primeiro mês completo da nova legislação.

Além de não ser nem metade do volume processual registrado nos meses de dezembro de 2015 e de 2016, o número do último mês do ano passado é o menor num levantamento feito pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) com exclusividade para o *Estadão/Broadcast* com dados mensais dos últimos três anos.

Em novembro passado, por outro lado, o ingresso de ações trabalhistas em varas do Trabalho alcançou o pico da série trienal: 289,4 mil

As dúvidas sobre como a nova lei seria aplicada pelos juízes e o maior rigor trazido pela reforma no acesso ao Judiciário – em especial, o dispositivo que impõe a quem perde o processo a responsabilidade de pagar custos processuais da parte vencedora – causaram, primeiro, antecipação e depois, com as novas regras em vigor, paralisia das ações trabalhistas.

“Os advogados preferiram, como é natural, lidar com o conhecido e evitar os riscos do desconhecido”, disse Estêvão Mallet, professor de Direito do Trabalho da USP: “Com a reforma, é natural aguardar algum tempo para ter mais elementos a lidar nos novos processos.”

Por um lado, a possibilidade de o trabalhador ter de bancar as chamadas despesas de sucumbência – honorários periciais e advocatícios da parte vencedora – em caso de derrota na Justiça ajuda a inibir demandas nas quais as chances de vitória são remotas.

INFORME

Por outro, a insegurança sobre como a reforma será interpretada por magistrados, bem como a respeito de como o Supremo Tribunal Federal (STF) vai julgar a constitucionalidade de artigos da nova lei, leva advogados a esperar por maior clareza antes de protocolar novas petições.

Em dezembro passado, as ações trabalhistas não chegaram a mil em cinco dos 24 tribunais regionais do trabalho distribuídos pelo País: 14.^a Região, que abrange Rondônia e Acre; 20.^a (Sergipe); 21.^a (Rio Grande do Norte); 22.^a (Piauí) e 24.^a (Mato Grosso do Sul).

No Tribunal Regional da 2.^a Região, o maior do Brasil e que engloba a Grande São Paulo e a Baixada Santista, o volume de processos caiu para menos de 500 ações por dia após a reforma. Antes dela, vinha numa média diária superior a 3 mil, chegando a beirar 13 mil um dia antes de a lei entrar em vigor.

Movimento processual

Ações em tribunais de primeira instância despenca após reforma trabalhista



INFORME

TST decide se novas regras trabalhistas valem para pedido antigo

Tribunal vai decidir se cobrança de honorários advocatícios de sucumbência deve ser feita só nas ações ajuizadas após a reforma

Eduardo Laguna e Caio Rinaldi, O Estado de S.Paulo

Parte das dúvidas sobre como a reforma trabalhista será aplicada nos tribunais começa a ser dirimida neste mês. O plenário do Tribunal Superior do Trabalho (TST) se reúne no dia 6 para decidir se valida o parecer encaminhado pela comissão de jurisprudência da Corte um mês antes de a reforma entrar em vigor e que, entre outros pontos, considera que as novidades trazidas por ela valem apenas para novos contratos. O entendimento foi manifestado também antes de a Medida Provisória (MP) 808 estabelecer que as alterações valem a todos os contratos vigentes.

O TST vai decidir ainda se a cobrança de honorários advocatícios de sucumbência deve ser feita apenas nas ações ajuizadas após a reforma entrar em vigor. Se esse for o entendimento, trabalhadores que tiverem entrado com ações até 10 de novembro deverão ficar livres desse tipo de despesa em caso de derrota na Justiça do Trabalho. Hoje, esse risco existe, porque há casos de juízes que aplicaram a nova regra em processos antigos.

Além da revisão da jurisprudência do TST, que serve de norte aos tribunais de primeira instância, advogados aguardam o posicionamento do Supremo sobre 12 ações que questionam a constitucionalidade de artigos da reforma que versam sobre indenizações por danos morais, o fim da contribuição sindical obrigatória e a jornada de trabalho intermitente. As restrições colocadas pela nova lei à Justiça gratuita também são alvo de ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

Para a advogada trabalhista Cláudia Securato, sócia do escritório Securato e Abdul Ahad Advogados, a tendência é que o fluxo de novas ações na Justiça do Trabalho volte a subir quando esses pontos forem resolvidos.

Ainda assim, ela acredita que as novas regras de sucumbência, assim como a exigência de que o trabalhador indique com precisão, já na petição inicial, o direito pleiteado e a indenização requerida, contribuirão para que as ações sejam mais “realistas”, desafogando o Judiciário de pedidos sem fundamento. Para Cláudia, isso pode fazer com que os processos sejam julgados mais rapidamente. “A Justiça do Trabalho poderá ficar mais célere, já que os processos devem vir mais enxutos, com menos pedidos.”

INFORME

Corrida. Quando o motoboy Samuel Alves, de 30 anos, escutou as primeiras conversas sobre a reforma trabalhista, ficou preocupado. Desde o ano passado, tenta receber salários atrasados, férias e horas extras da empresa para a qual fez entregas por quase cinco anos em Porto Alegre.

Alves correu para acionar a Justiça dias antes da entrada em vigor da reforma, em 11 de novembro. “Meu advogado explicou que uma das mudanças era que o trabalhador poderia arcar com as custas do processo e os honorários do advogado da empresa, caso perdesse a ação. Resolvemos entrar com a ação antes da mudança da lei, por garantia”, disse.

Com três filhos pequenos, ele agora é motorista de Uber para ajudar nas contas, enquanto aguarda a audiência, prevista para o fim do mês. / COLABOROU DOUGLAS GAVRAS

Mais da metade da indústria brasileira está atrasada na corrida tecnológica

Estudo inédito da CNI aponta que, de 24 setores, 14 estão defasados em relação aos rivais globais na adoção de tecnologias

Cleide Silva, O Estado de S.Paulo

Roupas esportivas produzidas pela Sol Sport, de Jaraguá do Sul (SC), vão passar a sair da fábrica com um chip na etiqueta que indica ao fabricante e ao lojista a quantidade de peças disponíveis e quais delas têm mais saída. Com o novo sistema em fase de implantação, a empresa quer reduzir os estoques de quatro meses para dez dias e produzir só o que está vendido. Ao cortar custos e melhorar a produtividade, a Sol Sport quer avançar no mercado interno e recuperar terreno perdido externamente por falta de competitividade.

A iniciativa faz parte de um movimento de adaptação da fábrica às novas tecnologias que vêm revolucionando a forma de produção industrial em todo o mundo – a chamada indústria 4.0. Mas a Sol Sports pode ser considerada uma exceção em seu ramo de atuação no Brasil.

Estudo inédito realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) aponta que, de 24 setores industriais brasileiros, mais da metade (14, incluindo o de vestuário e têxtil) está bastante atrasada em relação à adoção de tecnologias digitais.

INFORME

O estudo constatou que esses setores correm riscos de se tornar tão ineficientes a ponto de serem excluídos da chamada quarta revolução industrial – que será baseada na digitalização e robotização das fábricas e dos processos produtivos para aumentar a eficiência. Os 14 setores que estão em situação vulnerável respondem por cerca de 40% da produção industrial e por 38,9% do PIB Industrial brasileiro, de acordo com o IBGE.

“Eles precisam de investimentos urgentes, pois não terão competitividade principalmente em relação aos países que competem diretamente com o Brasil”, afirma João Emílio Gonçalves, gerente executivo de Política Industrial da CNI. “São setores com baixo grau de inovação, pouca inserção no comércio exterior e produtividade inferior à média internacional.”

Ele ressalta que empresas desses setores terão “enorme” desafio de competitividade e o senso de urgência de atualização será dado pela própria concorrência. “A mudança tecnológica é grande e vai ocorrer muito mais rápido do que outras revoluções”, diz. “A falta de competitividade pode levar os produtos dessas empresas a serem substituídos por importados.”

Gonçalves afirma que, apesar do resultado preocupante do estudo, o Brasil ainda não tem um atraso “tão grave assim” em relação a outros países. Mas que pode se distanciar cada vez mais, se não entrar na onda da modernização urgentemente.

“Tem de ser uma decisão nacional; não é uma discussão sobre incentivos, benefícios para este ou aquele setor”, afirma Gonçalves. “Estamos falando do limite de sobrevivência do setor industrial.”

A CNI pretende levar o estudo ao Ministério da Indústria, Comércio e Serviços nos próximos dias, para tentar traçar um programa de inovação que envolva empresas, entidades, universidades e governo. Uma das sugestões será a abertura de linhas especiais de crédito pelo BNDES.

Metodologia. Para identificar a situação das empresas, a CNI cruzou dados de produtividade, exportação e taxa de inovação dos setores industriais brasileiros em comparação com o desempenho desses segmentos nas 30 maiores economias do mundo, a maioria delas competidoras diretas dos produtos nacionais, como China, Estados Unidos, Coreia do Sul e Alemanha (país onde nasceu o conceito da indústria 4.0).

O estudo também identificou os setores mais avançados nos quesitos avaliados, até mesmo com médias acima da internacional. Entre eles estão as indústrias extrativista, alimentícia, de bebidas e celulose e papel. Gonçalves explica que, por terem alta produtividade e elevado coeficiente de exportação, esses setores são mais competitivos.

INFORME

Não significa, porém, que esse grupo está tranquilo. “Tem de continuar se atualizando para manter a competitividade”, diz Gonçalves.

É o que está fazendo, por exemplo, a Gerdau, empresa do setor de metalurgia, cuja posição no estudo é de nível médio, por se destacar em inovação e produtividade, mas não nas exportações.

Nos últimos dois anos, a empresa instalou em suas 11 fábricas no País equipamentos e sistemas que vão levar a uma economia de custos de R\$ 15 milhões anuais, diz a diretora de TI, Cláudia Piunti.

Uma das ações foi a migração das bases de dados para o ambiente virtual (a nuvem), que gerou redução de 50% do custo com armazenamento de informações.

Outra ação foi a automatização do processo do inventário, com uso de drones que fazem fotos do estoque de sucatas e as enviam para um sistema que identifica e mede o que está disponível.

“Antes, eram necessários três dias para fazer essa classificação, e agora são sete minutos”, explica Cláudia.

As iniciativas de inovação digital do grupo já somaram investimentos acima de R\$ 150 milhões.

Personalização. A Sol Sports vai investir neste ano e no próximo 10% de seu faturamento, de cerca de R\$ 10 milhões anuais, em automação de máquinas de corte de tecido e de costura, sensores para conectar equipamentos e programas que vão permitir a personalização da roupa.

“Queremos atuar num nicho de produto de alto valor tecnológico customizado”, diz Ary Carlos Pradi, sócio da empresa. “O cliente vai escolher o material, o tipo de tecido e cor da roupa que quer”.

A intenção é expandir presença no mercado interno e recuperar o espaço perdido no mercado externo.

Até 2008 a Sol Sports exportava 80% de sua produção, participação que hoje é de 30%.

O grupo, segundo Pradi, perdeu competitividade para grupos externos, principalmente da China, além de enfrentar problemas com logística, infraestrutura e taxas cambiais.

INFORME

Atraso

Situação dos setores em relação à taxa de inovação, produtividade e exportações

Setores

NÍVEL ALTO

Altos níveis de competitividade, exportação e taxa de inovação

- Extrativista
- Alimentício
- Fumo
- Bebidas
- Celulose e papel

NÍVEL MÉDIO

Alta produtividade, boa taxa de inovação, mas exporta pouco

- Derivados de petróleo e biocombustíveis
- Metalurgia
- Informática e eletrônicos
- Veículos, reboques e carrocerias

NÍVEL INTERMEDIÁRIO

Alta exportação, mas baixa inovação e produtividade

- Madeira

NÍVEL BAIXO

Baixa produtividade e pouca exportação

Revoluções

INDÚSTRIA 1.0



1760 a 1840

Mecanização, energia a vapor e energia hidráulica

INDÚSTRIA 2.0



1850 a 1945

Produção em massa, linha de montagem e eletricidade

INDÚSTRIA 3.0



1950 a 2010

Automação, computadores, uso de eletrônica e informática

INFORME



OBS: as classificações são resultado da divisão da média do indicador setorial do Brasil – que avalia inovação, produtividade e exportações – pela média do indicador dos países avaliados: Alemanha, Austrália, Áustria, Arábia Saudita, Argentina, Bélgica, China, Canadá, Coreia do Sul, EUA, Espanha, França, Holanda, Itália, Índia, Indonésia, Irã, Japão, México, Nigéria, Noruega, Polônia, Reino Unido, Rússia, Suécia, Suíça, Tailândia, Taiwan e Turquia

Fonte: CNI, com base em dados do IBGE/Pintec, Eurostat/CIS, Unido, WIOD e OCDE

ESTADÃO

INFORME

Empregos devem passar por mudanças com indústria 4.0

Futuro do mercado de trabalho é uma das principais preocupações que surgem com a quarta revolução industrial

Cleide Silva, O Estado de S.Paulo

Um dos grandes temores globais em relação à quarta revolução industrial é com o futuro do emprego. Há estudos, como o da consultoria americana McKinsey, que projetam perdas de mais de 50 milhões de empregos nos próximos anos.

É certo que haverá um impacto no mercado de trabalho, mas não acredito que vá resultar num contingente enorme de desempregados”, diz João Emílio Gonçalves, gerente executivo da CNI, para quem não há ainda dados suficientes para esse tipo de previsão.

Ele lembra que, nas revoluções anteriores, também houve especulações sobre a perda de empregos, mas o que ocorreu foi uma transformação das atividades. “Muitas desapareceram e foram substituídas por outras que exigem mais qualificação e menor esforço.”

Diante do desafio de renovação profissional, a filial brasileira da Udacity – organização educacional de cursos on line criada por empreendedores do Vale do Silício – oferece 23 cursos voltados à formação de mão de obra nas áreas de tecnologia de ponta.

Entre os cursos oferecidos estão os de realidade virtual, robótica, desenvolvimento de tecnologias de drones e engenharia de carros autônomos. “Iniciamos operações em 2016 e hoje temos 10 mil alunos”, informa Carlos Souza, diretor da Udacity para a América Latina.

Ainda neste semestre, a Udacity vai iniciar cursos de finanças ligadas às criptomoedas e, mais adiante, de cibersegurança. O grupo também abrirá unidades em outros países da região, começando com México e Colômbia.

Reciclagem. Para Jaqueline Weigel, da consultoria W Futurismo, “a perda real ocorrerá para quem não se reciclar”. A empresa desenvolve planos de inovação para empresas e oferece cursos e oficinas para executivos e funcionários.

“Todas as profissões precisam se reciclar, se repaginar e a educação é o desafio global que está mais atrasado”, afirma Jaqueline, para quem o governo e toda a sociedade precisam apoiar projetos nessas áreas. Ela também acredita que muitas indústrias vão desaparecer, mas outros tipos de indústria vão surgir.

INFORME

Fornecedores têm de estar conectados

Para especialista, não adianta a empresa introduzir tecnologia se os parceiros não estiverem preparados

Cleide Silva, O Estado de S.Paulo

É possível inovar sem ter de investir muito dinheiro e sem precisar renovar todos os equipamentos da fábrica ou instalar robôs, defende o especialista em indústria 4.0 da fabricante de autopeças Bosch, Fábio Fernandes. Para provar a teoria, a multinacional de origem alemã iniciou um programa piloto de inovação com um grupo de fornecedores que passarão a ter sistemas de conexão diretamente com a fábrica. A própria Bosch banca assessoria para fazer um levantamento do que a empresa necessita, fornece equipamentos como sensores e controladores e envia equipes para instalar os processos. “Não faz sentido a gente introduzir tecnologias em nossas plantas se não tivermos os fornecedores preparados e conectados”, diz Fernandes.

O primeiro fornecedor escolhido para esse projeto piloto de instalação dos sistemas de conexão é a Rudolph, de Timbó (SC), fabricante de peças para bombas de gasolina. Em breve outros quatro serão escolhidos. A proposta da Bosch, que tem 2,5 mil fornecedores de componentes em vários Estados, é mostrar que as inovações podem ser introduzidas nos equipamentos em uso pela fábrica, a custos relativamente baixos, embora a empresa não tenha detalhado valores.

No estudo da CNI, que identificou o atraso tecnológico em 14 setores da economia brasileira, o gerente executivo João Emílio Gonçalves avalia que é possível, por exemplo, empresas que ainda estejam no estágio da indústria 2.0 pularem a fase 3.0, que introduziu a automação, e irem direto para a fase 4.0, da digitalização. “Cada empresa tem demandas diferentes e é preciso uma atuação focada para identificar em qual parte da empresa a inovação vai gerar mais impacto”, diz Gonçalves.

Retorno. Marcos Oliveira, presidente da lochpe-Maxion, grupo brasileiro com cinco fábricas no País, diz que o processo de digitalização das linhas de produção estão em fase inicial, e está sendo feito com base no retorno do capital investido. Os processos são voltados à redução de desperdícios, melhora de qualidade e eficiência e do meio ambiente. Uma das fábricas do grupo, por exemplo, está implementando um sistema de tratamento de efluentes que otimiza o uso de produtos químicos. Segundo Oliveira, o sistema mede o Ph da água e dosa a quantidade exata de produtos químicos necessários. “A indústria 4.0 é só um pilar da transformação digital, que é um processo abrangente”, ressalta o executivo. Para o longo prazo, ele espera ver as 31 fábricas do grupo espalhadas por 14 países conectadas e produzindo com os mesmos níveis de qualidade e eficiência.

(Fonte: Estado SP – 05/02/2018)